

Os Poderes sobre a Prostituição: observações sobre o objeto

Renan Saab Rodrigues Manaia¹

Resumo: A apresentação tem como objetivo discutir relações sobre as manifestações do poder e a prostituição ao longo da história. A prostituição é um dos objetos que ao longo da história ganhou muito destaque em diversos momentos devido a sua participação em diversas atmosferas da sociedade, o religioso, o social, o jurídico, o médico, o imaginário, o carnal e o afetivo. Desde o imaginário de ser considerada a “profissão mais antiga do mundo” a era virtual esse objeto sempre recebeu certa atenção dos diversos tipos de poderes. No poder religioso, o perigo da destruição da família nuclear a preservação da virgindade das “mulheres prometidas” ao casamento – como uma forma de contenção dos desejos masculinos e a reafirmação do papel da mulher dentro do casamento. Junto ao poder social, o perigo do ganho dos nomes, das nomenclaturas atribuídas e do destaque de “mulheres públicas” rompendo com o ideal paternalista ocidental da mulher como mantenedora da prole e conseqüentemente complicando a participação da mulher junto a suas família e sociedade. Através do poder jurídico, os entraves da jurisprudência junto ao crime de prostituição e o seu complicado enquadramento entre a perseguição e a permissão em áreas de controle - as chamadas zonas de meretrício. Ao médico, o temido receio do combate a epidemias – como a de sífilis, gonorréia entre outras doenças sexualmente transmissíveis e a sustentação para o enquadramento jurídico com os exames suscetíveis e as carteiras médicas as quais permitiam. Dentro do imaginário sustentado a lendas e histórias locais e globais, que se afirmaram junto a literatura, como a textos religiosos como a Bíblia e romances como *Nana*, de *Emilie Zola*, *A Dama das Camélias* de *Alexandre Dumas Filho* e no Brasil como *Amar, verbo intransitivo* de *Mario de Andrade*, *Tiêta do Agreste*, de *Jorge Amado* e recentemente o *best seller*, *O doce veneno do escorpião* de *Raquel Pacheco* com o pseudônimo de *Bruna Surfistinha*. Através da questão “carnal” ou sexual, a prostituição torna-se um iniciador para os homens sendo analisado em alguns pontos como um ritual de passagem para a vida adulta através da iniciação sexual e uma forma de conter a presente manifestação com bons olhos de desejo sexual através do sexo masculino. Ao amor a prostituição serve de uma esperança a mulher prostituída a fim de adquirir uma vida nova junto à sociedade e seus pares e aos homens certo toque de platonismo amoroso. Apresentando cada um desses poderes espero fazer um panorama dos estudos junto ao tema prostituição, mostrando isso através de um ponto de vista junto à manifestação do poder.

Palavras-chave: poder; prostituição; história.

Os Poderes sobre a Prostituição

Um dos temas que se destacou junto às chamadas “ciências” foi à prostituição. Estudado por filósofos, sociólogos, geógrafos, psicólogos, médicos, economistas e historiadores, esse tema estudado, analisado e questionado nos permite criar hipóteses através de diversos pontos de vista e desenvolveu-se ao longo da sociedade ocidental.

Esse artigo busca trabalhar o tema da prostituição através do ponto de análise do poder em diferentes perfis dentro dele. Em consequência, observaremos como os poderes em diferentes campos de estudos ganham novos sentidos e nos abrem a possibilidade de novas reflexões e desenvolvimento.

Esse poder será analisado sobre a observação de dois pensadores que em suas obras buscaram mudar a sua reflexão: Pierre Bourdieu e Michel Foucault.² Pierre Bourdieu, sociólogo francês renomado foi docente *École de Sociologie du Collège de France* e destacou – se ao trabalhar a temática da dominação. Ele foi ao longo da sua trajetória rotulado como estruturalista construtivista, mesmo em muitos momentos da sua vida questionada essa rotulação.

Entre os diversos trabalhos desenvolvidos por ele, o que nos interessa é o que ele desenvolveu junto à temática do poder, junto ao livro *O poder simbólico*.³ Bourdieu, parte de uma análise de Durkheim, para mostrar como esse poder se manifesta através de sistemas simbólicos, que se apresentam perante a arte, religião e a língua rompendo com a idéia marxista sobre ao poder relacionando diretamente ao Estado.

Ele observa uma passagem, uma transformação da sociedade e do poder, da seguinte situação, como o próprio enfatiza:

"Este poder simbólico que, nas mais diferentes sociedades era distinto do poder político ou econômico, está hoje reunido nas mãos das mesmas pessoas, que detêm o controle dos grandes grupos de comunicação, isto é, do conjunto dos instrumentos de produção e difusão dos bens culturais".⁴

Desse modo, o poder simbólico surgiria com a capacidade de criar significações, e as transformá-las como legítimas, assim, dando sustentação a uma dominação vigente. Esse poder invisível seria uma maneira legitimada e transfigurada de outros tipos de poder. Assim, o que lhe tornaria viável, seria a participação e igualdade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

Bourdieu sintetiza seu pensamento em duas passagens no livro:

“invisível e imperceptível se expressa numa forma transformada e legitimada, das outras formas de poder [...] ignora reconhecer a violência que encerrar objetivamente e transformando suas forças em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia”.⁵

Concluindo o pensamento de um tipo de poder junto a Bourdieu podemos agora analisar outra forma de poder de uma forma diferente junto ao pensamento de Michel Foucault.

Michel Foucault foi um importante pensador das ciências humanas com formação em filosofia mais possuindo uma capacidade de influenciar diversos outros campos como a sociologia, antropologia, medicina e a história. Seu estudo foi centrado nas idéias de uma arqueologia do saber, de uma análise do discurso, práticas de subjetivação e do poder.

O poder para Foucault rompeu com essa dicotomia junto a representação do Estado marxista e amplia a observação à aquilo que ele trabalhou como micro poderes, poder disciplinar e o biopoder.

Para o filósofo, os micro poderes estariam ligados a uma dissolução de um ideal de um poder único e a sua proliferação em diferentes frentes, locais e agentes. Esse poder desse modo perderia o sentido repressivo e ganharia destaque junto a sua positividade e a sua transmissão.

Assim, para ele o poder poderia ser tudo e qualquer coisa. E a sua definição seria pensada de uma forma diferente:

Não são os recursos de poder que o definem. O poder não são coisas ou objetos. O que chamamos de recursos ou instrumentos de poder só dão lugar ao fenômeno do poder quando são postos a serviço de uma autoridade suprema, para manter a ordem política.⁶

O grande interesse para ele estaria na manifestação do poder, assim como lembra Veiga – Neto, *o micro poder que exerce (não que se detém) e que se distribui capilarmente*.⁷ Esses micro poderes se organizariam em uma rede com pontos de resistência quase imperceptíveis à sociedade. Veiga – Neto esclarece essa visão: *"A resistência ao poder não é a antítese do poder, não é o outro do poder, mas é o outro numa relação de poder - e não de uma relação de poder"*⁸

Outro poder analisado por Foucault foi a sua temática sobre o poder disciplinar. Esse poder se formou dentro da sociedade capitalista concretizando uma idéia de um controle das atividades buscando disciplinar o tempo de seus indivíduos a fim de transformá-lo em um tempo produtivo, parafraseando o próprio Foucault *"o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência"*⁹.

Fraga observou certas características desse poder dentro do cotidiano e a sua manifestação na alimentação, vestimentas e outras análises, ele mesmo expõe isso, *"uma tecnologia política que desestabiliza fronteiras entre o familiar e o estranho nas práticas corporais contemporâneas"*¹⁰

Por fim, após essas análises sobre as manifestações do poder, Foucault chegou ao ápice da sua observação ao destacar a questão do biopoder. O biopoder para ele estaria centrado na figura da cidade e seus indivíduos como uma forma de estabelecer uma sociedade normatizadora. Assim, esse biopoder possui algumas características como as observadas por Negri:

*"Denomina-se 'biopoder' identificando, no caso, as grandes estruturas e funções do poder; fala-se em contexto biopolítico ou de 'biopolítica' quando, pelo contrário, se alude a espaços nos quais se desenvolvem relações, lutas e produções de poder. Fala-se em biopoder pensando nas nascentes ou nas fontes do poder estatal e nas tecnologias específicas que o Estado produz, por exemplo, do ponto de vista do controle das populações; fala-se em biopolítica ou de contexto biopolítico pensando no complexo das resistências e nas ocasiões e nas medidas de choque entre dispositivos sociais de poder."*¹¹

Concluindo, o poder ganha diversas significações para diferentes autores e uma grande importância perante a questão da prostituição dentro dos seus campos de análise, dessa forma, agora iremos expor os diferentes tipos de poder dentro da prostituição.

1.2 O poder religioso e social

A religião cristã e a prostituição conviveram dentro da sua origem um grande dilema à sua história. Um deles foi a imagem de Maria Madalena que inicialmente retratada por Lucas¹² em 8: 2, na qual ele fez uma menção dizendo que *"Maria, chamada Madalena, da qual saíam sete demônios"* pediria perdão a Cristo. Os demônios seriam referência a possuir pecados e esses por ser mulher estariam ligados ao sexo e a um suposto adultério seu.

Esses pecados, mais as análises eclesiais acabaram ligando Maria Madalena a figura de uma meretriz que pediria perdão a Cristo, mostrando uma passagem do pecado – a prostituição – a sua libertação. Sustentada essa idéia ao longo da história, durante o renascimento ela ganharia mais representação através do pintor Tiziano Vecellio em dois quadros.

O primeiro – anexo 1 – *"Christ and Magdalena"* de 1532, trouxe a figura de Maria Madalena atirada aos pés de Jesus Cristo clamando pela sua atenção e o seu perdão. Esse

quadro seria o ritual de passagem, na qual Madalena buscaria a remissão de seus pecados. Já no quadro de 1533, “*Magdalena penitente*” – anexo 2 – Madalena aparece sozinha em destaque portando elementos de expressividade, devoção e uma grande sensualidade. Agregando a imagem de Maria Madalena um caráter sensual, a seus demônios e ao pecado.

Essa dualidade junto a imagem dela fez com que a Igreja Católica declarasse em 1969 que sua imagem não era ligada a prostituição e sim a mulheres perdidas na vida, sem nenhum amparo e orientação. Esse pequeno impasse de quase 2000 anos fez com que a prostituição ganhasse junto ao imaginário a representação de uma das profissões mais antigas do mundo.

Outro impasse entre a Igreja Católica e a prostituição se localizou na condenação dela junto a sua doutrina religiosa e aceitação em alguns momentos na história como se não reconhecesse a sua existência. A igreja sempre destacou o papel da família nuclear¹³ perante a sua formação, entre tanto ao definir isso, ela colocou a mulher como a senhora provida a reclusão do lar e a sua destinação a procriação como continuidade da família nuclear e da Igreja. Entretanto, essa mulher teve seu destino selado junto a um dos dogmas mais fortes da Igreja Cristã - a virgindade de Maria. Essas mulheres foram obrigadas a resguardar a sua virgindade ao ato do casamento como referência a Virgem Maria, provedora de Jesus Cristo.

A maneira de estabelecer isso foi assegurando a mulher junto ao casamento e coibindo qualquer tipo de prazer sexual – como se fosse um dos pecados de Maria Madalena - e tentando remediar o libido masculino dentro de uma sociedade patriarcal. A forma para conter esses homens foi encontrada junto às casas de meretrício onde eles podiam aliviar a sua libido, conter a sua “loucura” sexual e resguardar a virgindade das filhas de Maria ao casamento.

No âmbito dos poderes sociais a representação feminina junto às nomenclaturas que a sua imagem demonstrasse poderia trazer graves danos a sua família e a sua vida social. É significativo lembrar que a vida social feminina em boa parte da história esteve sempre ligada sempre às margens da figura de seu marido, bem dizer o ditado popular que “atrás de todo grande homem há uma grande mulher”, sendo assim, se a mulher não concluísse o casamento sua vida social estaria vinculada a família ou a um lado negativo e pejorativo, na qual a historiadora Michelle Perrot nomeou bem ao dar a conotação “mulheres públicas”¹⁴ as mulheres partiam para a vida social, um campo destinado ao sexo masculino, onde se realizariam e manifestariam a sua representação perante a sociedade e essas mulheres rompiam com essa barreira em muitas vezes se complicavam para conseguir concretizar o ideal do casamento pré estabelecido pela sociedade ocidental.

Essa idealização feminina religiosa e social seria sustentada por dois poderes o jurídico e o médico que através de uma argumentação racional buscariam a enquadrá-las perante o seu suposto papel social.

1.3. O poder jurídico e médico.

O poder jurídico esteve sempre sustentando pelas suas práticas jurídicas as quais baseadas em idéias racionais representariam o homem – cidadão – perante a sociedade em que ele vive. As práticas jurídicas, como Foucault mostrou, teriam o seguinte papel de serem julgados por seus erros que cometiam:

As práticas judiciais – a maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar através da história – me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos

de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade que merecem ser estudadas.¹⁵

Através dessas práticas jurídicas é interessante perceber por que o Estado permite a existência desses locais e a prática da prostituição justificando como um “mal necessário” de toda a sociedade, como uma válvula de escape dos problemas sociais cotidianos e resguardando as moças de família.

Entretanto não se podia ficar somente com a impressão dessas “falsas liberdades” do Estado sobre eles, pois se isso ocorresse, também havia um preço alto a se pagar. A mesma visão que permitia a prostituição observava esses ambientes como esgotos da sociedade e lugares a serem vigiados e controlados. Para conter esse problema, as autoridades buscavam regulamentar esses meios com leis que tinham um caráter moral principalmente sobre a sexualidade, como mostra Holtz:

As práticas, os personagens e os territórios marginais, principalmente aqueles ligados ao mundo da prostituição, formam os principais alvos a serem, por tal legislação, atingidos e controlados. Tratou-se na verdade de disciplinar a sexualidade. A legislação, ao generalizar a advertência a diversos tipos de estabelecimentos buscou “camuflar” a repressão às casas, pensões e bares considerados suspeitos.

Essa legislação de caráter moral vinha com a intenção de dar livres poderes à polícia de costumes e à medicina social. Porém, sofria muito com os equívocos ocorridos dentro dela própria. Mesmo sendo uma prática considerada ilícita, na questão jurídica não era vista como uma atividade ilegal. Desde o Código Penal de 1890, a legislação penal buscou punir o lenocínio, que constitui a reclusão daqueles que se beneficiam da prostituição alheia. Em 1915, ocorreu uma tentativa de coibir o chamado tráfico de mulheres, ligado diretamente à onda de imigração que ocorreu no país, trazendo o artigo 278 com uma punição direta àqueles que tiravam proveito da prostituição.

Depois de uma alteração nas leis e em seu nome o novo Código Penal passava a se chamar Consolidação das Leis Penais, reafirmando os artigos sobre prostituição. Somente na década de 1940, com a vigência do novo Código Penal foi que as leis se tornam mais específicas, como mostrava Holtz ao analisar o Código Penal:

No novo Código, delitos relacionados à prostituição passaram a ter “status” de capítulo, ficando subdividido em cinco artigos, a saber: Art. 277: Mediação para servir à lascívia de outrem; Art. 228: Favorecimento da prostituição; Art.229: Casa de Prostituição; Art. 230: Rufianismo e Art. 231: Tráfico de Mulheres.¹⁶

Mesmo com essas leis, a prostituição em si não era considerada crime, fato esse que ocasionava um desgaste entre a polícia de costumes e as autoridades, a fim de tentar modificar essa questão, a polícia se resguardava no art. 59 da Lei de Contravenções Penais, a qual referia diretamente ao crime de vadiagem:

Para muitos policiais e delegados, o poder judiciário, em muitos casos, acaba protegendo os infratores sociais que tanto trabalho lhes dera para prender e tirar de circulação. Entre os policiais é de uso corrente a expressão “a polícia prende e o judiciário manda soltar”, numa referência crítica e direta ao poder judiciário, enquanto instituição que atrapalha o processo de limpeza social executado pela Polícia.¹⁷

Devido a esse conflito dentro da lei e a sua execução de uma forma geral, o controle sobre esse grupo precisava ser real e preciso e isso ficaria a cargo do poder médico para conseguir evitar danos maiores.

A medicina foi uma ciência moldada para salvar vidas e tentar remediar a morte, porém, a partir da Era moderna e junto ao final das temidas pestes, ela iniciou um trabalho com o ideal de remediar, controlar e prevenir alguns males. Esse controle estaria ligado ao local onde a população habitava ganhando um grande destaque o “espaço social”. Esse espaço em muitos casos foi provido de vigilância e uma atenção a essas áreas. As casas de meretrício os cortiços e a cidade moderna eram questionadas pela sua organização.

As casas de meretrício e as prostitutas ganharam destaque dentro de uma questão: - como permitir e coibir a transmissão de doenças? A idéia foi baseada numa catalogação e exames periódicos feitos pelos médicos junto às mesmas. As meretrizes foram obrigadas a se cadastrarem e recebiam uma carteira higiênica de identificação, onde sua vida médica seria analisada e acompanhada. Essa técnica foi realizada em grandes centros como São Paulo, Paris e Londres e foi um dos apoios aos poderes jurídicos para facilitar a identificação dos frequentadores desses locais.

A professora Margareth Rago trabalhou essa questão dentro da cidade de São Paulo, percebendo essas variações. Como expõe Rago, *as casas de tolerância e os bordéis deveriam ser registrados na polícia, vigiados pelas administrações e pelas autoridades sanitárias*.¹⁸ Desse modo, percebemos o motivo do policiamento dos soldados no baile, seriam a vigilância e controle para evitar qualquer anomalia durante o decorrer da noite.

A fim de controlar essa localidade, mostra Rago:

A politização do cotidiano, que se tornou possível através da crítica do poder jurídico e da nova noção de poder disciplinar, resultou numa ampliação enorme dos campos tematizados pelo historiador: a arquitetura do poder, a constituição da cidade disciplinar, os projetos de ordenação do social, a normatização dos corpos pelo poder médico, pelo poder jurídico e policial [...] são temas discutidos não a partir dos campos ideológicos em que se inscreveriam, mas a partir das próprias figuras que formam e dos esquadramentos sociais e individuais que operam.¹⁹

O artigo de Rago expõe que a politização do cotidiano era algo muito bem pensado e estabelecido através dos seus saberes, tanto jurídicos, estabelecendo leis e punições, quanto médicos, buscando evitar surtos de epidemia e violências em excesso. De que forma isso aconteceria? Quais os mecanismos necessários para sua criação, manutenção e permanência?

Como mostra Rago, essa preocupação se origina por uma série de fatores:

Indícios de uma anormalidade social, as práticas populares de vida e lazer dos trabalhadores fabris, dos improdutivos, dos pobres, das mulheres públicas, das crianças que vagueiam abandonadas nas ruas vão se tornando objeto de profunda preocupação de médicos-higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial, de filantropos e reformadores sociais, nas décadas demográficas, na cidade moderna – diz um contemporâneo saudosista – os vizinhos já não se conhecem, não se pode confiar em quem está do lado, os sentimentos se tornam mais superficiais, os antigos laços de solidariedade se rompem, a vida já não é como antes.²⁰

Rago ainda destaca que essa preocupação está sustentada num projeto de integração dos valores burgueses:

O projeto de integração do proletariado e de suas famílias ao universo dos valores burgueses, domesticação literal que a imagem projetiva de “bárbaros” justifica, desdobra-se em múltiplas estratégias de disciplinarização: mecanismos de controle e vigilância que atuam no interior da fábrica, mas também fora dela. Que perseguem o trabalhador em todos os momentos de sua vida, até nas horas de lazer, buscando redefinir sua maneira de pensar, de sentir, de agir e erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais.²¹

Esses dois poderes agiam de uma maneira para tentar coibir a prostituição e tentar controlá-la de uma forma em que por mais que fosse proibida e ainda existisse a mesma pudesse ficar sempre próxima aos olhos da sociedade.

1.4. O poder imaginário

O imaginário sobre a prostituição é muito forte e principalmente sustentado através de contos, lendas, histórias e romances para dar base a sua sustentação. Ele construído nisso, se expõe como uma área proibida, uma área onde os seus desejos mais reprimidos possam se tornar realidade e onde a mulher pública possa ganhar a vida, o seu sustento e possa viver um

conto de fadas e encontrar um homem que lhe tire dessa vida e lhe de o tão esperado casamento.

A história de Maria Madalena – já exposta aqui – talvez seja um das primeiras aparições dentro do meio literato, mas obras como romances de Zola, Alexandre Dumas Filho na França, expondo um outro tipo de prostituição, todo charme e glamour que a profissão possa permitir uma outra visibilidade dentro dela.

A literatura brasileira não fica atrás com livros de Mario de Andrade, Jorge Amado e agora o best seller de Raquel Pacheco – O doce veneno do escorpião – trazem tona esse tema que permanece dentro do nosso imaginário de uma forma por mais que evitamos se apresenta em vários momentos dentro de nossa vida.

1.5. Conclusão

Esse artigo teve a intenção de trabalhar a temática do poder em diversos âmbitos, expondo formas diferentes de abordagens e de que forma ele pode ser trabalhado perante um tema tão rico que é o objeto da prostituição. As junções dos dois podem possibilitar muitos pontos de observação e de estudo que auxiliam diversas temáticas relacionadas a eles dentro da sociedade ocidental como o público e privado, as relações sociais, as observações do Estado sobre o indivíduo entre tanto outros.

1.6. Anexos

Anexo
1



Pintura de Tiziano Vecellio - “*Christ and Magdalena*” de 1532 em Galleria dell'Accademia, Veneza.

Anexo 2



Pintura de Tiziano Vecellio -“*Magdalena penitente*” de 1533 em Museo do Prado, Madri.

1.7. Referências Bibliográfica

ANDRADE, Mario de. *Amar verbo intransitivo*. SP: Agir, 2008.

AMADO, Jorge. *Tieta do Agreste*..SP: Cia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Michel Foucault and the theory of power*. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 7(1-2): 105-110, october 1995.

FRAGA, A. B. “*Anatomias emergentes e o bug muscular: pedagogias do corpo no limiar do século XXI*”. In: Carmen Lúcia Soares. (Org.). *Corpo e História*. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2006, v. , p. 61-77.

FOUCAULT, M. “*Os corpos dóceis*”. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a, p. 125-52.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. RJ: NAU, 2005, pg. 11.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOLTZ, Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, EDUEL, 2005. Pg.135.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Pg 107/108

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. SP, Unesp, 1998.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar*. Brasil 1890-1930. SP: Paz e Terra, 2007. Pg 12.

_____. *Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente*. Pg. 49

SURFISTINHA, Bruna. *O doce veneno do escorpião*. SP: Panda Books, 2011.

SANT'ANNA, D. B. "É possível realizar uma história do corpo?". In: SOARES, Carmen. (Org.). *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados, 2004, v.1. p. 3-23.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação* (Belo Horizonte: Autêntica, 2003).

ZOLA, Emilie. *Nana*. RJ: Editora Nova cultural, 2004.

¹ Mestre em História Social pela UEL-PR

² Pierre Bourdieu e Michel Foucault foram dois pensadores que trabalharam a temática do poder de uma maneira diferente do viés marxista.

³ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 2.ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil 1998.

⁴ Idem, Pg. 37.

⁵ Ibidem. Pg. 45.

⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Pg 45

⁷ VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação* (Belo Horizonte: Autêntica, 2003). Pg. 70

⁸ Idem p 151 - 152

⁹ Vigiar e Punir p 140

¹⁰ FRAGA, 2006, p. 63

¹¹ NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre império*. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Pg 107/108

¹²

¹³ A família pode então, assumir uma estrutura nuclear ou conjugal, que consiste num homem, numa mulher e nos seus filhos, biológicos ou adotados, habitando num ambiente familiar comum. A estrutura nuclear tem uma grande capacidade de adaptação, reformulando a sua constituição, quando necessário.

¹⁴ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. SP, Unesp, 1998.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

¹⁶ HOLTZ, Edson Leme. *Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição*. Londrina: EDUEL, EDUEL, 2005. Pg.135.

¹⁷ Idem. Pg.156.

¹⁸ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar*. Brasil 1890-1930. SP: Paz e Terra, 2007. Pg. 92.

¹⁹ RAGO, Margareth. *Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente*. Pg. 49

²⁰ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar*. Brasil 1890-1930. SP: Paz e Terra, 2007. Pg 12.

²¹ Idem pg12.